

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2005.
(Da Sra. ANN PONTES)

Solicita informações a Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente, Sra. MARINA SILVA, sobre a Instrução Normativa nº 08, de 29 de abril de 2005, proibindo a pesca de lagosta nos estados do Amapá, Pará e Maranhão.

Senhor Presidente:

Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V.Exa. seja encaminhado a Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente, o seguinte pedido de informações:

1. Por quê a utilização da caçoeira é predatória no Pará, Amapá e Maranhão e não é para a costa nordestina?
2. O quê o ministério fez, desde que a portaria foi baixada, para impedir que embarcações vindas de outras regiões invadam a costa paraense e lá pratiquem a pesca predatória da lagosta, como, inclusive, já aconteceu em anos anteriores;
3. O que está faltando para que o ministério proíba, de uma vez por todas, com a utilização da caçoeira, prática predatória em nosso país, uma vez que já foi devidamente orientado para tal pelos técnicos do próprio Ibama.

JUSTIFICATIVA

O Pará é hoje o maior produtor de pescado do país, contudo, as proibições impostas pelo Ministério do Meio Ambiente, segundo dados divulgados pela imprensa local, já causaram um prejuízo de cerca de US\$ 10 milhões (dez milhões de dólares) ao setor e a medida também causou o desemprego de mais de 2.000 (dois mil) trabalhadores só no estado do Pará.

Os pescadores estão recorrendo a outros pescados, como o pargo, que tem preço muito inferior ao da lagosta e o alto custo das excursões pesqueiras, que chegam a durar até 45 dias, não compensam financeiramente o trabalho.

Alguns municípios paraenses, como Augusto Corrêa, por exemplo, onde a pesca é a principal atividade econômica e a pesca específica da lagosta um dos segmentos mais lucrativos, estão à mingua. Muitos pescadores já abandonaram suas casas para procurar trabalho nos estados do nordeste, onde as empresas continuam a operar em larga escala.

Mesmo assim, sabe-se que, pelo recorrente uso de petrechos considerados predatórios, como a rede de caçoeira, a pesca em estados como o Ceará, por exemplo, segundo os próprios pesquisadores do Ibama, já começa a apresentar sinais de esgotamento.

Com oito indústrias em funcionamento, o segmento pesqueiro no Pará luta para se manter atualizado e em pleno funcionamento. O maior produtor de pescado do país, ainda engatinha se comparado às empresas do sul.

É nesta hora que precisamos contar com o importante incentivo do ministério do Meio Ambiente para que o setor possa funcionar dentro da legalidade e em conformidade com as normas ambientais. É preciso que o ministério ofereça alternativas, sem engessar o setor.

Sala das Sessões, 17 de junho de 2005.

ANN PONTES
Deputada Federal
PMDB – PA.